

 EMBRAPA	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA Vinculada ao Ministério da Agricultura REPRESENTAÇÃO NO ESTADO DA BAHIA	
12	15/12/75	1/8

RUA MARQUES DE LEÃO, 173 - BARRA - SALVADOR - BA.

comunicado técnico



O DECOTE NA PRODUÇÃO DA MAMONEIRA (Ricinus communis, L.) NA BAHIA¹

João Ribeiro Crisóstomo² e Heraldo Soares de V. Sampaio²

SINOPSE

No cultivo da mamoneira de porte alto no Estado da Bahia, alguns agricultores adotam práticas peculiares a cada região ou aquelas por eles julgadas mais convenientes. Dentre estas, cita-se a de realizar o DECOTE das plantas, que consiste em cortar a haste principal a uma altura estipulada de 30 a 50 cm do solo no fim do primeiro ano e que, na opinião de alguns, aumenta a produção. Outra prática utilizada é a de conservar as plantas sem alteração durante o ciclo, ou seja, a não realização do decote.

Face as informações contraditórias sobre o assunto, conduziu-se, na Estação Experimental de Iraquara-Ba, no período de 1963 a 1967, experimentos onde estudou-se tres práticas culturais: A- efetuação do DECOTE; B- não efetuação do DECOTE e C- NOVO PLANTIO.

No final dos trabalhos experimentais verificou-se que a prática do DECOTE não provocou aumento significativo na produção da mamoneira, e que, o novo plantio é uma prática inadequada, pois proporcionou menor produção e exigiu um maior trabalho.

¹Trabalho realizado pelo Convênio IPEAL/AFLO/SANBRA.

²Técnicos do Setor Mamona da REP. EMBRAPA-Ba.



INTRODUÇÃO

As variedades de mamoneira cultivadas na Bahia têm ciclo em torno de dois anos, sendo portanto bianuais. As práticas adotadas no seu cultivo, variam de agricultor para agricultor e de região para região. Assim sendo, existem aqueles que adotam a prática do DECOTE ao final do primeiro ano, prática esta que consiste em cortar a planta a uma altura estipulada de 30 a 50 cm do solo enquanto outros conservam a planta intacta durante todo o ciclo.

O uso destas práticas, provoca certas controvérsias, havendo informações variadas e às vezes contraditórias motivadas pela inexistência de estudos a respeito do assunto. Os dados experimentais existentes são escassos e se resumem principalmente a trabalhos conduzidos no Estado de São Paulo, e que diferem um pouco da prática baiana. Assim é que, PITANGUI (7) cita que o mamonal pode ser podado para uma segunda produção. Esta poda é denominada de restauração e pode ser efetuada a depender da última colheita. Algum tempo depois as plantas começam a brotar e se desenvolver, vindo frutificar daí a cinco ou seis meses. Após a segunda produção elimina-se a cultura.

PEIXOTO (6) menciona a poda dos olhos terminais dos brotos mais longos, a fim de provocar brotação lateral para em pouco tempo, cobrir o solo, aumentar a frutificação e facilitar a colheita. Diz ainda, que a poda não é utilizada por ser um trabalho cansativo e dispendioso. RIBEIRO (10) descreve que a poda é efetuada somente na mamoneira de porte alto e quando atinge cerca de um metro; é a chamada poda apical e tem a finalidade de estimular os ramos laterais, fazendo as plantas cobrirem o terreno, abafando o mato, aumentando a frutificação e a colheita. PITANGUI (7) também se refere à poda apical para as variedades de porte alto, cultivadas em solos ricos, pois elas crescem excessivamente devendo ser cortado o ápice da haste central com o fim de diminuir o porte e aumentar os galhos frutíferos.

MALLARD (5) refere-se à poda da mamoneira após a primeira colheita, enfatiza no entanto, que essa prática não tem apresentado resultados satisfatórios.

CORTESÃO (3) diz que o corte do primeiro cacho e a poda da mamona com o fim de provocar a emissão de novos rebentos não deu bons resultados. Esclarece ainda que para as variedades com tendência a altura, é necessário a desponta, a qual deve ser feita no primeiro ano.

No cultivo do algodão arbóreo, no Nordeste, adota-se prática semelhante. Relatando trabalhos realizados com essa cultura, PRATA (8) afirma que a poda é necessária em algodão, porene, comó, o mocó. Essa prática visava inicialmente, desembaraçar a capoeira. Ainda referindo-se à pesquisa com algodão, ALVES (1) conduzindo experimentos sobre poda na Paraíba, constatou que essa prática não provocou aumento na produção.

Face ao exposto programou-se este trabalho objetivando obtenção de conclusões experimentais sobre a prática de fazer ou não o decote e sobre o estabelecimento de um novo plantio.

MATERIAL E MÉTODOS

Os experimentos em número de três, foram conduzidos no período de 1963 a 1967, na Estação Experimental de Iraquara, Micro-Região Homogênea-136, situada na zona fisiográfica da Chapada Diamantina, sendo uma das primeiras regiões de produção ricinícola do Estado, conforme BAHIA (2). A MRH-136, enquadra-se na classificação de DUQUE (4) como "Serras", denominação dada às montanhas com altitude acima de 600m, com pluviosidade e umidade mais regulares.

O solo da Estação Experimental de Iraquara é classificado segundo Jacomine et alii e citado por REZENDE (9) como CAMBISOL EUTRÓFICO latossólico.

Utilizou-se a variedade doiscontos SEJE CANADAS, uma das mais utilizadas pelos agricultores da região. O espaçamento foi de 2,0m en-

tre filas e 2,0m entre plantas, com uma planta por cova não tendo sido feita qualquer adubação.

O delineamento experimental foi o de bloco ao acaso, com três tratamentos e dez repetições, sendo o tratamento A, DECOTE DAS PLANTAS, B, SEM DECOTE e o C, NOVO PLANTIO. No tratamento A, as plantas foram decotadas a uma altura de 30-50cm do solo no final do primeiro ano. No tratamento B, as plantas foram conservadas durante todo o ciclo e no terceiro tratamento efetuou-se a erradicação, fazendo-se novo plantio. Cada parcela teve uma área total de 180m² (18,0m x 10,0m), sendo a área útil de 48,0m² (14,0m x 6,0m), com um stand total e útil de 45 a 21 plantas, respectivamente.

Os ensaios tiveram duração de dezenove a vinte e um meses, com as seguintes datas de instalação: 20/12/63, 29/12/64 e 20/11/65.

As operações do DECOTE E NOVO PLANTIO foram programadas para aproximadamente um ano após a instalação dos experimentos, a depender do início da nova estação chuvosa.

Foram realizadas onze, oito e seis colheitas, respectivamente, no primeiro, segundo e terceiro experimentos, conforme o Quadro 1.

QUADRO 1 - Período de colheita nos três experimentos.

Experimentos	Período de colheitas		
	Inicial		Final
Primeiro	16/06/64	a	27/10/65
Segundo	19/06/65	a	09/08/66
Terceiro	02/06/66	a	27/09/67

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados das produções médias obtidas nos experimentos e as

comparações pelo teste de TUKEY, encontram-se no Quadro 2.

QUADRO 2 - Produções médias dos tratamentos em kg/ha durante os anos de 1963 a 1967.^a

Tratamentos	A n o s		
	1963/65	1964/66	1965/67
COM DECOTE	3.148,3 a	2.124,4 a	1.201,9 a
SEM DECOTE	3.108,5 a	2.043,9 a	1.301,6 a
NOVO PLANTIO	2.023,5 b	1.379,4 b	1.120,2 a
\bar{x}	2.760,1	1.849,2	1.274,6
s	520,8	268,2	250,4
s · (x)	164,7	84,9	79,3
C.V. (%)	19,0	15,0	20,0
D.M.S. (Tukey 5% p)	594,5	306,4	286,1

^aAs produções assinaladas pela mesma letra não diferem entre si ao nível de 5% de probabilidade pelo teste de TUKEY.

Observa-se que os tratamentos A, COM DECOTE e B, SEM DECOTE, não diferiram estatisticamente entre si, mas foram superiores em produção ao tratamento C, NOVO PLANTIO. Esta superioridade, foi destacada estatisticamente apenas nos dois primeiros experimentos.

Comparando-se os tratamentos COM DECOTE e SEM DECOTE, verifica-se que o primeiro apresentou, nos dois primeiros experimentos, produções ligeiramente superiores. No terceiro experimento, o tratamento COM DECOTE teve uma média de produção inferior ao SEM DECOTE.

Com base nos resultados, podemos afirmar que das três práticas estudadas, o NOVO PLANTIO é a inferior, pois além de proporcionar me

nores produções, requer no final do primeiro ano, novo trabalho de preparação de solo e sementeira. A desvantagem dessa prática, evidencia-se ainda mais, quando ocorre deficiência de chuvas no final do primeiro ano e início do segundo, condições nas quais subsistem melhor as culturas já implantadas, principalmente por apresentarem o sistema radicular já desenvolvido.

Com relação aos tratamentos COM DECOTE e SEM DECOTE, os dados disponíveis não permitem uma conclusão definitiva sobre qual deles é o mais aconselhável, haja visto que suas produções médias foram bem próximas no cômputo dos três experimentos. No entanto, as observações feitas durante o trabalho sugerem que, a prática do "decote" seja mais aconselhável do que deixar a cultura sem decotar, isto pelas seguintes razões: O porte da planta decotada é menor no segundo ano do que o da planta não decotada, facilitando as operações de tratos culturais e colheita além de permitir o estabelecimento da consorciação, prática comum nas regiões produtoras da Bahia.

Em contraposição o "decote" apresenta a desvantagem de exigir o trabalho adicional de se cortar planta por planta no final do primeiro ano. Face ao exposto, torna-se conveniente uma análise econômica comparando as duas práticas quando se poderá então concluir com critério qual a mais viável.

CONCLUSÕES

Com base nos resultados obtidos e analisados, são as seguintes conclusões válidas para as condições de condução do trabalho.

a - Das práticas estudadas a do DECOTE é a mais adequada sendo a do NOVO PLANTIO inadequada.

ESCLARECIMENTOS

O presente trabalho foi iniciado pelo Convênio IPEAL/AFLO/SANBRA, firmado em 1963 objetivando a racionalização da cultura mamoneira na Bahia.

Participaram do planejamento inicial e trabalhos de campo os técnicos Walter E. Brechbueler, José Inácio de Souza, Dailton G. de Almeida e Everaldo M. Rodrigues, pertencentes ao então IPEAL e Gustavo Adolfo T. de Albuquerque, José de Anchieta P. Alves e Roberto Lima Santos da SANBRA-Ba.

Na oportunidade os autores expressam os agradecimentos às entidades e a quantos colaboraram para que fosse possível a realização deste trabalho.

LITERATURA CITADA

1. ALVES, A. Q. Pesquisa algodoeira da Secretaria da Agricultura; resultados experimentais obtidos pelos órgãos de pesquisa algodoeira da Secretaria da Agricultura da Paraíba. In: Simpósio de Algodão 1º, Patos Paraíba, Ago, 1971. Anais. Patos Assembleia Legislativa da Paraíba, 1971. p. 566.
- BAHIA. Governo do Estado Grupo de Estudos da Mamona. Relatório do Grupo de Estudos da Mamona. Salvador, 1968. p. 30-48.
3. CORTESÃO, M. O ricino. In: Culturas tropicais, plantas oleaginosas. Lisboa, Liv. Classica Ed. 1956. p. 135-140.
4. DUQUE, G. I. Serras. In: O Nordeste e as lavouras xerófilas. Fortaleza, BNB-ETENE, 1964. p. 111-14.
5. MALLARD, R. P. Cultura da mamona. Agricultura e Pecuária, 32 (460):20,34,48,63. 1962.

6. PEIXOTO, A. R. Mamona. In:—Plantas oleaginosas herbáceas. São Paulo, Liv. Nobel S.A., 1972. p. 117.
7. PITANGUI, I. F. Cultura da mamona. Boletim de Agricultura, Belo Horizonte. 6(3-4):33-39. 1957.
8. PRATA, F. C. Algodão. In:—Principais culturas do Nordeste. Fortaleza, Imp. Universitária, 1969. p. 43.
9. REZENDE, J. de O. Capacidade de fixação de fósforo por solos dos Estados da Bahia e Sergipe. Influência do p^H e tempo de reação. Piracicaba, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", 1974. (Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" para obtenção do Título de Mestre).
10. RIBEIRO FILHO, J. Cultura da mamona (Ricinus communis, L.), Viçosa, Escola Superior de Agricultura da U.F.V., 1966. p. 56.